

CAPÍTULO 1

Fortificações militares nas capitanias do Cabo do Norte e Pará: território, povoamento e comércio (1668-1706)¹

Fernanda Aires Bombardi²

As fortificações militares foram um dos símbolos da colonização promovida por portugueses no Novo Mundo. Nas terras ao norte da América lusa, o erguimento dessas estruturas acompanhou todo o processo de fortalecimento da presença do agente colonizador desde princípios do século XVII. Construídas em pontos estratégicos, na beira-mar ou em rios, serviram tanto à necessidade prática de defesa do território como configuraram-se em importantes marcos políticos de domínio. Sem a formação ordenada desses empreendimentos, acreditamos, ficaria inviável o estabelecimento de uma colonização efetiva.

A estruturação de uma arquitetura de defesa, entretanto, não constituiu-se em um movimento natural e unilinear. Ao contrário, representou vários processos de disputas em que diferentes agentes e interesses estavam constantemente em jogo. No Estado do Maranhão e Grão-Pará³, as fortificações militares foram edificadas, em um primeiro momento, na região litorânea. Em 1615, os portugueses expulsaram os franceses da cidade de São Luís e o Forte de Santo Antônio da Barra foi erigido. Um ano depois, juntamente com a fundação da cidade de Santa Maria de

1. Pesquisa financiada pelo CNPq.

2. Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo.

3. Criado enquanto unidade política autônoma do Estado do Brasil, em 1621, o Estado do Maranhão e Grão. Pará conformou-se a partir dos centros de colonização estabelecidos nas cidades de Belém e São Luís que estenderam-se paulatinamente ao extenso território que corresponde, aproximadamente, à atual região norte e partes dos Estados do Maranhão e Piauí.

Belém do Grão-Pará, construiu-se o Forte do Presépio. Mas foi principalmente nas décadas finais do século XVII que os fortes interiorizaram-se pelo rio Amazonas e seus principais afluentes, à oeste, e pelos rios Mearim e Itapecurú, à leste.

Boa parte da historiografia, que se dedicou a analisar a importância da construção das fortificações militares no Estado do Maranhão no período colonial, compreendeu este processo a partir, fundamentalmente, dos interesses geopolíticos lusitanos de estender os limites das possessões portuguesas na América, que estavam em constante disputa com ingleses, franceses, holandeses e espanhóis⁴. Entretanto, a partir da análise da documentação de caráter administrativo, contida no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, percebemos que nos discursos de expedicionários, administradores régios e do próprio Conselho a construção de fortificações militares estava revestida de vários sentidos.

Ao aliar a leitura da documentação administrativa com o mapeamento das fortificações militares construídas no Estado entre finais do século XVII e primeira metade do século XVIII, propomos, no presente capítulo, complexificar a análise sobre a política militar para a região ao incorporar as dimensões econômicas e ocupacionais da colonização portuguesa no vale amazônico. Objetivamos, outrossim, perceber os conflitos existentes entre portugueses e indígenas, cujas relações também deram sentido à conformação das fortificações.

Dessa forma, em um primeiro momento procuramos analisar as relações diplomáticas que Portugal desenvolveu junto a outras potências europeias após a Restauração e de que forma

4. Podemos citar, nesta perspectiva, os trabalhos de Tadeu Rezende e Adler Homero da Fonseca. REZENDE, Tadeu V. F. de R. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; FONSECA, Adler Homero da. O fecho do Império: História das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de Hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo do Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém: Editora Universitária/ UFPA, 1999, p. 129-193.

esse contexto resultou em diferentes processos de colonização do vale amazônico. Posteriormente, a nossa investigação aos processos internos que envolveram a construção de fortes militares na região, associando-os ao contexto mais amplo das políticas expansionistas metropolitanas. Assim, perscrutamos os processos que envolveram a criação de estruturas militares, durante o reinado de Pedro II, no Cabo do Norte, atual Amapá, e na então capitania do Pará, região que paulatinamente foi-se expandindo da cidade de Belém em direção oeste, até os rios Negro e Solimões.

1. Política de expansão da Dinastia de Bragança – Governo de Dom Pedro II

Quando o vale amazônico começou a ser colonizado, o governo português estava submetido ao de Castela, desde 1580, por meio da União Ibérica. Com a separação das duas Coroas em 1640, iniciou-se um longo processo de hostilidades e batalhas, a chamada Guerra de Restauração, que perduraria até 1668 e que repercutiria na aparente apatia das políticas ultramarinas portuguesas sobre o Estado do Maranhão à época.

Logo após o rompimento, Portugal, bastante debilitado com os desgastes de seu envolvimento na Guerra dos Trinta anos e sem poderio militar para resistir às investidas de Castela, buscou apoio internacional. Em 1654, era assinado por Portugal e Inglaterra o Tratado de Westminster. Por meio deste, Portugal se comprometia a realizar uma série de concessões econômicas, jurídicas e religiosas à Inglaterra em troca do reconhecimento de sua autonomia.

Portugal também tentou buscar o apoio de outras importantes potências, sem conseguir grandes resultados. Depois de insistentes tentativas em estabelecer uma aproximação diplomática com a França, em 1659 esta rompia seu apoio às pretensões lusas de emancipação e encerrava o conflito iniciado em 1635 com a Espanha, através da assinatura do Tratado dos Pirineus, em que reconhecia o território português como pertencente a Coroa de

Castela e se comprometia a se afastar do conflito diplomático entre as duas coroas ibéricas⁵.

A situação lusa era, então, bastante complicada. Mas, em 1661, com a assinatura do Tratado de Paz e Aliança e a organização do casamento entre Carlos II, rei da Inglaterra, e Dona Catarina, filha do rei de Portugal Dom João IV, as relações de força entre as ibérias redimensionaram-se. As investidas do exército espanhol contra o território português malograram. Somou-se a isso a reaproximação diplomática de França e Portugal, após a morte de Felipe IV, em 1665. Diante das novas alianças em cenário internacional orquestradas pela Coroa lusitana, Espanha e Portugal finalmente decidiram-se pelo armistício em 1668. A soberania da Dinastia de Bragança, a partir de então, estava legitimada⁶.

A maior estabilidade interna permitiu que a Coroa Portuguesa passasse a orientar sua política para o Atlântico. Com a regência ao encargo de Pedro II em 1668, tornando-se rei em 1683, a investida expansionista da colonização se deu principalmente nos territórios contestados. Houve um crescente interesse em assegurar a fronteira sul do Estado do Brasil, garantindo o contrabando de prata e outros produtos, a partir da tomada da região platina. Como resultado, em 1680 a Fortaleza de Sacramento era fundada nas margens do rio da Prata, ponto estrategicamente escolhido dada as proximidades com Buenos Aires⁷.

A partir da década de 1670, vemos também uma crescente preocupação sobre o vale amazônico. Novas ordens começaram a emanar do reino, tendo em vista o objetivo de expandir o domínio de territórios a oeste da foz do Amazonas e de incrementar a coleta

5. BATISTA, Felipe de Alvarenga. *Os tratados de Methuen de 1703: guerra, portos panos e vinhos*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 34-44.

6. *Ibidem*, p. 44-58.

7. MONTEIRO, Nuno G.; CARDIM, Pedro. A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). Brasília, *História, histórias*, vol. 1, n. 1, p. 03-22, 2013.

e plantio das drogas do sertão, atividade que mais se destacava naquela região⁸. Ficava claro que, com a crise açucareira do nordeste brasileiro e com a perda de entrepostos comerciais no Oriente aos batavos no início do Seiscentos⁹, a Coroa passava a aplicar-se no desenvolvimento de uma variedade de atividades produtivas voltadas à exportação e à produção interna, tendo em vista a importância da agricultura para a prevalência sobre o território¹⁰.

Nas capitanias do Pará e Cabo do Norte, região em que as áreas eram disputadas com povos indígenas e europeus, várias fortificações foram erigidas. Em 1685, construía-se a Fortaleza da Barra, na cidade de Belém; em 1688, era reedificado o Forte de Araguari, localizado na confluência deste rio com o Maricari¹¹; em 1688 erguia-se a Fortaleza de Santo Antônio do Macapá, ou Cumaú, sobre a extinta Fortaleza de Macapá¹²; em 1693, a Casa Forte do Rio Negro, atual cidade de Manaus; em 1697 a

8. BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 31-34.

9. CARDOSO, Alírio. Outra Ásia para o Império: fórmulas para a integração do Maranhão à economia oceânica (1609-1656). In: CHAMBOULEYRON, Rafael & ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado (Org.). *T(r)ópicos de História: Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Editora Açai, 2010, p. 9-26; CARDOSO, Alírio. *Maranhão na monarquia hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Historia Medieval, Moderna, Contemporánea y de América de la Universidad de Salamanca, Salamanca, 2012, p. 217-251; DIAS, Camila L. *L'Amazonie avant Pombal. Économie, Politique, Territoire*. Tese (Doutorado em História e Civilização) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2014, p. 35-58.

10. Cf.: CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPa)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPa), 2010.

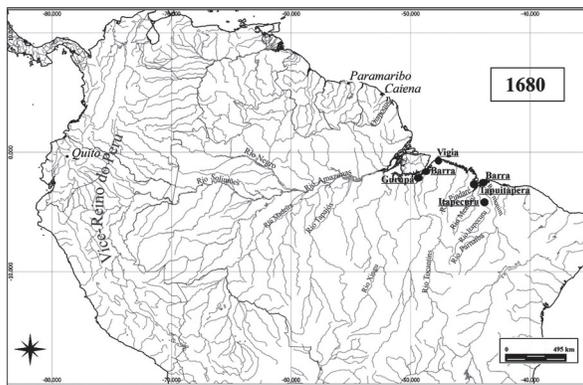
11. “Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. Pedro II, sobre a construção de um forte em Araguari, por ordem do governador Arthur de Sá e Meneses.” 2 de junho de 1688. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 3, Doc. 272.

12. “Carta do engenheiro do Estado ao rei”. 20 de julho de 1687. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 3, Doc. 267.

Fortaleza dos Tapajós, onde viria a ser Santarém. No mesmo ano, a Fortaleza de Pauxis, futura Óbidos; e em 1698, era erguido o Forte do Parú, local onde seria formada a vila de Almerim¹³.

Em 1700, o quadro de defesa militar no Estado já era bastante distinto, como podemos ver nos Mapas 1 e 2. Na capitania do Pará, a partir de 1680, percebe-se um claro avanço sobre os territórios a oeste, onde foram construídos fortes na desembocadura de alguns dos principais afluentes do rio Amazonas, como os rios Tapajós e Negro. A preocupação em assegurar a capitania do Cabo do Norte (área localizada entre os rios Oiapoque e o Amazonas) ficava clara também com a construção, em 1688, da fortaleza de Macapá.

Mapa 1. Fortificações militares existentes no Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1680¹⁴



13. “Sobre a Tropa que foi ao Rio das Amazonas a cargo do Capitão Mór Hilário de Souza de Azevedo”. 28 de novembro de 1693. *ABN*, v. 66, p. 147. Não conseguimos precisar o ano da construção dos fortes do Parú e Rio Negro, mas, provavelmente, datam de 1693. Sabemos, no entanto, que em 1697 elas já estavam prontas e capitães estavam sendo escolhidos para administrá-las: “Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para ocuparem os postos de capitão das duas casas fortes, Nossa Senhora do Bom Sucesso do Parú e Jesus Maria José do Rio Negro, construídas no rio das Amazonas, no Estado do Maranhão”. 17 de fevereiro de 1697. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 4, Doc. 337.

14. Mapas elaborados pela autora através do software livre *Quantum Gis*.

2. Capitania do Cabo do Norte

Na esteira das políticas de cessão de capitanias privadas a particulares, característica das primeiras tentativas de colonização da costa brasileira, em 1634 a região denominada Cabo do Norte foi doada por Felipe IV em forma de capitania a Bento Maciel Parente. Como era uma área de fácil acesso ao oceano Atlântico, o Cabo do Norte foi palco de inúmeras contendas entre grupos europeus e indígenas. Trataremos agora, para compreender a importância das fortificações militares para assegurar o domínio sobre a região, das disputas travadas entre Portugal e França em busca de colonizar o território localizado entre os rios Oiapoque e Amazonas, bem como das relações de negociação e conflito estabelecidas com os índios habitantes do local.

Em 1666, os franceses, sob o comando de Lefebvre de La Barre, tomaram Caiena dos holandeses e começaram o processo de colonização, estabelecendo alianças com os índios da região¹⁶. Mas é somente com o início do governo de Pedro Ferrolle, em 1679, que os franceses começaram a incursionar os territórios que os portugueses defendiam como sendo seus¹⁷. Em 1685, em carta do governador Arthur de Sá e Menezes, temos notícias sobre as entradas que os franceses estavam fazendo nas terras dos índios Aruã e Tucuju, próximas à fortaleza portuguesa de Gurupá, para aprisionar índios “até do gentio que com as pazes temos domesticado”¹⁸.

16. HURAUULT, Jean. La population des Indiens de Guyane française. In: *Population*, v. 20, n. 4, p. 611, 1965. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_00324663_1965_num_20_4_1285_2>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

17. REIS, Arthur C. F. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira: A fronteira colonial com a Guiana Francesa*. Belém: SECULT, 1993, p. 46-71. Ver também: CASTRO, Adler H. F. de, op. cit., p. 129-193.

18. “Carta do governador [e capitão-general do estado do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro], Artur de Sá e Menezes, para o rei [D. Pedro II], sobre as medidas a tomar para se aprisionar os franceses que praticam o resgate dos escravos, incluindo gentios, no norte da capitania [Gurupá], contra a vontade da coroa portuguesa”. 22 de janeiro de 1685. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 3, Doc. 245.

Em 1686, a mesma preocupação com as fronteiras da região norte se fez presente em outra carta, em que Dom Pedro dispunha sobre as fortalezas mais estratégicas de se construir com a finalidade de ocupar o território. Ordenava que o governador mandasse erigir uma fortificação em Torrego, lugar de onde ingleses foram expulsos por tropas portuguesas. E, de igual importância, mandava que se procurasse estabelecer alianças com os índios chamados Tucupá, indicando os religiosos de Santo Antônio para que os evangelizassem e buscassem estabelecer o contato “com dádivas e por todos os meios lícitos”¹⁹.

Dessa forma, um ano depois das ordens régias que determinavam o estabelecimento de fortalezas no Cabo do Norte, o governador Arthur de Sá e Menezes, sucessor de Gomes Freire de Andrade, enviava carta ao rei dando conta do início da construção de uma fortaleza em Cumaú ou Macapá (à época território dos índios Tucujus) e uma casa forte no sítio chamado Araguari (localizado na foz do rio homônimo, no litoral do Cabo do Norte), principal via de entrada dos franceses no Amazonas²⁰.

Esta resolução foi tirada após a viagem do Capitão Mor do Pará, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, pelas terras em que os franceses tinham acesso às missões dos religiosos de Santo Antônio e contato com os índios Tucuju, com os quais negociavam a maior parte dos índios escravizados. Este dispunha, em sua carta, que além de escolher o sítio mais apropriado para impedir a entrada dos franceses, “praticou” várias nações²¹ indígenas com “mimos” – deixando dois missionários da Companhia de Jesus que acompanhavam a expedição para evangelizar os índios do

19. “Sobre os sítios mais convenientes para se faserem as Fortalezas para segurar o inimigo daquela praça”. 24 de fevereiro de 1686. *ABN*, v. 66, p. 71-72.

20. “Carta do governador, Artur de Sá e Menezes, para o rei, sobre a construção de fortalezas no Cabo do Norte”. 19 de setembro de 1687. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 3, Doc. 267.

21. Termo largamente utilizado na documentação para se referir a cada grupo indígena baixo determinado etnônimo.

lago de Camonixari. Em suas conclusões, sem a ajuda de nativos e com os sítios de Cumaú e Araguari salvaguardados por soldados, os franceses estariam impossibilitados de continuar o comércio naquelas paragens²².

Ao longo da viagem, Antônio Albuquerque encontrou vários franceses negociando com os Aruá e Tucuju, entregando-lhes armas de fogo e flechas de ferro em troca de escravos²³. Decidiu, então, por enviar carta ao governador de Caiena, Pedro Ferrolle, informando o ocorrido e pedindo que não permitisse mais a escravização de índios em terras lusitanas, já que nem os portugueses estavam autorizados a realizá-la desde a lei de Liberdade de 1680²⁴. A resposta do governador foi clara: visitou a nova casa forte com vários soldados e artilharia e informou a Antônio Albuquerque que os limites das terras de Caiena se encontravam no rio Amazonas, abaixo das terras do Cabo do Norte. Declarou, portanto, que continuariam a estabelecer negociações com os índios em territórios que, na verdade, eram seus²⁵.

Para refrear os diálogos com os franceses e sempre evitando entrar em confronto direto com estes, guerras foram promovidas contra os índios que se posicionavam contra o avanço dos intentos portugueses. Um caso exemplar para compreendermos esses conflitos é o da guerra que foi desencadeada com a morte dos padres jesuítas Antônio Pereira e Bernardo Gomes, que ti-

22. “Carta de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho ao rei”. [Anexo] 19 de julho de 1687. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 3, Doc. 267.

23. “Carta do governador Artur de Sá e Meneses, para o rei, sobre o destino dado aos escravos resgatados pelos franceses no Cabo do Norte”. 15 de setembro de 1687. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 3, Doc. 265.

24. Esta lei estabelecia liberdade geral aos índios, abolindo as duas formas de escravização até então vigentes: guerra justa e resgate. Vigorou até 1688, quando outra carta régia a revogou. “Carta de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho ao governador de Caiena”. [Anexo] 03 de julho de 1687. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 3, Doc. 267.

25. “Carta de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho ao rei”. [Anexo] 09 de setembro de 1688. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 3, Doc. 282.

nham sido deixados pelo Capitão Antônio de Albuquerque na ilha de Camonixari.

Segundo o jesuíta Felipe Bettendorff²⁶, essa missão estava tendo sucesso. Entretanto, os Oiavenca, vizinhos desta missão, assaltaram a aldeia e mataram dois padres movidos pelo ódio à pregação do evangelho e pela proibição dos seus “ritos gentílicos”. Depois dos assassinatos, os índios queimaram a aldeia de Camonixari com os padres dentro da casa do principal, fugindo para um sítio chamado Maimaime²⁷.

Logo após ser informado das mortes, Antônio de Albuquerque mandou dezenove soldados portugueses e cinquenta índios à casa forte de Araguari para castigar os culpados. Quando chegaram, mataram alguns índios, entre eles o pajé Camayuá, e prenderam 35. No dia seguinte, condenaram à morte o principal Canariá e determinaram que outros fossem enviados ao “tribunal do governador Arthur de Sá e Menezes”²⁸.

Sobre as razões que levaram os índios a matar os padres, duas cartas enviadas ao rei parecem-nos esclarecedoras. A primeira foi escrita pelo Ouvidor Geral e dava conta dos interrogatórios feitos com os 39 índios presos no conflito. Ao responderem ao inquérito sobre o assassinato dos padres,

[...] declaravam que por lhe roubarem o que tinham, outros porque lhe proibiam as mulheres, e outros porque os Franceses lhe praticavam que os Padres eram uns embusteiros, que estavam ali para os entreterem enquanto não chegava

26. O padre jesuíta luxemburguês Luís Felipe Bettendorff atuou no Estado do Maranhão de 1660 até a sua morte, em 1698, sendo por duas vezes Superior das Missões e reitor dos colégios de São Luís e Belém. Escreveu uma extensa crônica, subdividida em 10 livros, narrando a formação do Estado e atuação da Companhia de Jesus desde o início da ocupação da região até os anos finais de sua vida.

27. BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698]. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 426-433.

28. *Ibidem*, p. 433-435.

o dito Capitão Mor, porque na sua chegada os haviam de amarrar, e trazer a todos para serem escravos [...].²⁹

A segunda carta foi escrita pelo Capitão Antônio Albuquerque, quem empreendera a expedição para castigar os índios. Ao explicar a situação, identificou os franceses e um índio intérprete chamado Lopo como sendo aqueles que estavam propagando a informação de que os padres estavam reunindo os índios para escravizá-los. Os Aruá, missionados por religiosos de Santo Antônio, foram os primeiros a fugir quando da circulação dessas informações. Os mesmos motivos teriam levado os índios vizinhos a Camonixari a matar os religiosos. Para evitar que os autores das mortes conseguissem se retirar para as terras próximas a Caiena, o Capitão decidiu deflagrar imediatamente uma guerra, sem a autorização prévia do governador ou do rei³⁰. Trinta e nove índios foram presos, mas muitos conseguiram escapar do castigo ao fugir.

Dessa forma, a experiência que esses índios já vinham tendo com as atividades de apresamento ilegal de mão de obra indígena realizada por colonos portugueses, a imposição de novos hábitos e crenças por missionários e a leitura dos conflitos existentes entre lusitanos e franceses orientou sua ação política e a articulação que desenvolveram para matar os padres que estavam na ilha de Camonixari.

Uma questão importante a destacar é o papel do intérprete Lopo para o desenvolvimento do conflito. Mediando relações entre os índios da região, os franceses e os portugueses, Lopo fora identificado pelo Capitão com nome cristão português. É provável, portanto, que ele já estivesse sendo catequizado e usado como intérprete dos índios da região pelos portugueses. Sendo também

29. “Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. Pedro II, sobre as informações prestadas pelo ouvidor-geral do Estado do Maranhão, Miguel da Rosa Pimentel, referentes às execuções dos índios acusados da morte de padres da Companhia de Jesus”. 31 de maio de 1688. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 3, Doc. 271.

30. “Carta de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho ao rei” [Anexo]. 15 de março de 1688. *AHU* (Avulsos), Maranhão, Cx. 7, Doc. 798.

criado no seio cristão, soube ler os interesses e conflitos entre os europeus e se posicionar contra o avanço da atuação missionária³¹.

O fato de alguns grupos estarem articulados para matar os missionários e se refugiarem nas “vizinhanças de Caiena” também demonstra como estavam estabelecendo relações com os franceses, relações estas que deram bases para o ataque à aldeia de Camonixari. Para desfazer essas relações, o castigo aos índios precisava ser exemplar. Mas, ao mesmo tempo, deveria ser direcionado aos autores das mortes, deixando de fora os demais, mesmo que soubessem o que estava sendo planejado. Era necessário explicitar quem eram os inimigos. Assim, um principal, “cabeça” do atentado, foi posto

[...] na boca de uma peça, a vista de muita quantidade de Principais, e gentio, que tinha acudido, uns por temor, e outros a ver o fim daquela guerra, cuja execução os deixou notavelmente atemorizados a todos, e puderam bem a entender. Isto feito lhe mandei explicar que daquela sorte sabíamos castigar quem nos ofendia e que estivessem de acordo que se não conhecessem eram vassallos de sua Majestade, e como tais não fossem leais, e amigos dos brancos,

31. A existência de personagens como o intérprete Lopo já remontam às primeiras décadas de colonização. Almir Diniz, por exemplo, trata do conflito existente entre o principal dos índios da aldeia de Maracanã, Lopo de Sousa, e o padre Antônio Vieira. Discute como um índio cristão, portador do Hábito da Ordem de Cristo, ao estabelecer relações conflituosas com os missionários, soube valer-se do poder de influência que tinha junto aos seus e, ao mesmo tempo, como índios aldeados puderam perceber sua importância estratégica para o desenvolvimento das atividades econômicas do Estado e, assim, demandaram a soltura de seu principal ou a fuga coletiva da aldeia. CARVALHO JÚNIOR, Almir D. *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2005, p. 107-120. Sobre o assunto, ver também: NOBRE, Maria H. *O “único remédio e sustento do Estado do Maranhão”. As Salinas Reais e os Índios de Maracanã*. Monografia (História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012, p. 21-34.

e respeitassem os missionários, experimentaríamos o rigor de nossas armas, pondo com elas aqueles sertões a ferro e a fogo; e pelo contrário procedendo como deviam, seriam de nós tratados como amigos com toda a bondade, com o que se conformaram muitos; e não foi menos utilidade esta para o nosso intento [...] ³².

Necessitando aliados depois da guerra, o Capitão se aplicou a convencer vários grupos a se aldearem, dizendo-lhes que aquele tipo de castigo era dado a quem não respeitava a Coroa portuguesa, mas que muitas benesses seriam concedidas aos aliados. Deixou o jesuíta Aloízio Conrado Pfeil em um sítio a um dia de viagem da casa forte de Araguari para doutrinar uma grande quantidade de índios com 16 principais “da qual hão de socorrer os soldados de algum mantimento do qual são abastados estes gentios”. Buscou convencer os Tucuju a descerem para próximo à fortaleza de Macapá, o que não recusariam se fosse enviado um missionário que os agradasse e tratasse bem, “que se for pelo contrário meter-se-ão no mato; e avizinhandose a dita fortaleza além de lhe servirem de guarnição resultará de sua assistência grande utilidade como se experimenta nas demais partes, que sem eles se não podem sustentar”. Por fim, o Capitão construiu uma “aldeota” junto à fortaleza para que estes e outros índios se sentissem à vontade para nela residir ³³. Assim, percebemos como em regiões de fronteira a formação de uma defesa militar baseada em fortificações e artilharia não poderia estar dissociada do estabelecimento de alianças ou controle sobre as populações nativas.

Diante da fuga dos índios e da possível aliança com os franceses, em 1691, o governador Arthur de Sá e Menezes concedeu perdão geral àqueles que mataram os dois religiosos para que “pudessem povoar as suas terras sem receio do que resultará”,

32. “Carta de Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho ao rei” [Anexo]. 15 de março de 1688. *AHU* (Avulsos), Maranhão, Cx. 7, Doc. 798.

33. *Ibidem*.

decisão essa ratificada pelo rei. Em seguida, o principal Francisco tornou-se o intermediador³⁴ das negociações e do descimento desse grupo para a sua aldeia e de outro que viria do “sertão”³⁵.

As disputas na fronteira norte entre franceses e portugueses continuaram. Em 1697, as fortificações de Macapá e Araguari foram tomadas pelos franceses³⁶. Mesmo após a assinatura do Tratado de Utrecht em 1713, que estipulava o rio Oiapoque como o limite entre as duas colônias europeias, as contendas continuaram³⁷. Mais do que uma simples disputa territorial entre dois grupos europeus, os conflitos que aí se engendraram envolveram vários outros agentes, que negociaram e conflitaram com ambos a fim de angariar benesses.

Além dos grupos indígenas, os escravos negros fugitivos também valeram-se dessas disputas para conquistar espaços de segurança e autonomia diante do processo de colonização. Segundo Rosa Acevedo Marin e Flávio Gomes, existiram grandes mocam-

34. Sobre a importância das lideranças indígenas como intermediadores das relações entre colonizadores e índios, ver: ALMEIDA, Maria Regina C. De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagens étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina S.; SANTOS, Guilherme. (Org.). *Retratos do Império – Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 13-27.

35. “Sobre o perdão Geral que se concedeu, aos Índios ausentes pelas mortes dos Padres Missionarios da Companhia, e outros particulares”. 17 de fevereiro de 1691. *ABN*, v. 66, p. 120.

36. Sobre o assalto que os franceses organizaram em 1697 contra o forte de Araguari reivindicando o Amazonas como terras da Coroa francesa, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Época Colonial: Administração, Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 1977, p. 21-22.

37. Em uma carta de 1723, o governador João da Maia da Gama denunciava a construção de mais um forte francês em terras portuguesas. “Carta do [governador e capitão-general do Estado do Maranhão] João da Maia da Gama para o rei, sobre a presença de embarcações francesas nas terras do Cabo do Norte, junto das nações indígenas hostis às Tropas portuguesas ali destacadas, tendo interrogado os Missionários das diversas Congregações Religiosas da região quanto à veracidade de tal acontecimento.”. 15 de agosto de 1723. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 7, Doc. 650.

bos na região contestada por França e Portugal. Escravos africanos e negros vindos de Caiena buscavam, ao fugir de seus senhores, agregar-se em alguma comunidade onde poderiam viver autonomamente junto com outros grupos (índios e soldados desertores) e gerir seu próprio território. Da mesma forma, em determinados contextos, índios e negros encontravam proteção em Caiena quando fugiam de aldeias missionárias ou de colonos. O intercâmbio de experiências, saberes e práticas transatlânticas contribuiu, portanto, para a reconfiguração daquele espaço em disputa³⁸.

Do exposto, fica claro que para empreender a colonização e domínio do território na capitania do Cabo do Norte foi necessário garantir aliança e comércio com as populações indígenas que ali habitavam, juntamente com pontos de apoio bélicos que assegurariam o controle da região. Assim, as investidas sobre esse território com a construção da casa forte de Araguari e da Fortaleza de Macapá foram fundamentais para a intensificação da atividade missionária tanto no Cabo do Norte como na ilha de Joanes (atual ilha de Marajó), no rio Amazonas e em seus afluentes. Ainda que não tenham inibido imediatamente o contato entre franceses e índios, esses fortes se tornaram entrepostos para abastecimento das canoas que adentravam os sertões para comerciar escravos e colher drogas, para a ulterior formação de povoamentos coloniais e para garantir a segurança de áreas em que seriam concedidas sesmarias³⁹ a fim de ampliar a produção agropastoril.

38. MARIN, Rosa E. A.; GOMES, Flávio. Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 149, 2003, p. 69-107.

39. As datas de sesmaria eram documentos, sob forma de carta de concessão e confirmação, que demarcavam no Estado do Maranhão, em geral, duas a três léguas de terra “de comprido” e uma “de largo” a moradores (em sua maioria homens) que já vinham cultivando gêneros ou pastoreando gado nesses espaços. Representam, portanto, a posse, ocupação e produção desse território por particulares. Para um aprofundamento da análise sobre a função das sesmarias na Amazônia Colonial, ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. Op. cit., p. 101-114.

3. Capitania do Pará

O primeiro fortim português construído para controlar as entradas no rio Amazonas foi erigido em Gurupá, em 1623. Ponto fundamental de acesso ao interior do território, este empreendimento subsidiou o controle das entradas de canoas que levavam tropas de resgate, descimento e guerra e dos missionários e moradores que iam à coleta das drogas do sertão e ao aprisionamento ilegal de índios⁴⁰.

Segundo Ferreira Reis, a construção de fortificações inicialmente se deu por meio da iniciativa privada, ainda que com o amparo do Estado⁴¹. Com o tempo, entretanto, a Coroa passaria a se preocupar de maneira mais detida com a expansão dos territórios coloniais. Quando as primeiras notícias de que missões castelhanas estavam subindo o rio Amazonas chegaram até Portugal, o reino decidiu-se por ordenar o envio de tropas para reconhecer a área e garantir o seu pretense domínio sobre essa região de fronteira.

Em dezembro de 1695, em uma consulta do Conselho Ultramarino, era relatado o avanço dos espanhóis. Segundo as informações do antigo Capitão do Pará e agora governador do Estado do Maranhão Antônio Albuquerque, havia notícias de que os estrangeiros estavam construindo fortalezas no rio Amazonas e organizando missões entre os Omágua, em um de seus afluentes, o Solimões⁴².

40. REIS, Arthur C. F. *A Política de Portugal para o Vale Amazônico*. Belém: Off. Graf. da Revista Novidade, 1940, p. 12-13.

41. *Ibidem*.

42. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a opinião de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho acerca das casas fortes que os castelhanos andam a construir no Maranhão”. 20 de dezembro de 1695. *AHU* (Avulsos), Maranhão, Cx. 8, Doc. 901.

Realmente, em 1686 o Padre Samuel Fritz⁴³ foi enviado para estabelecer missões entre os rios Napo e Negro, tendo em vista o interesse de ampliar os territórios coloniais controlados por Castela⁴⁴ e conter o avanço dos apesadores portugueses. Três anos depois, enquanto estava na missão Nossa Senhora das Neves atuando junto aos Jurimágua, uma doença o fez partir em busca de ajuda. Logo encontrou índios aliados dos portugueses que o levaram a uma aldeia controlada por mercedários, localizada no rio Urubu. Diante do agravamento da doença, terminou por ser encaminhado a Belém e lá passou 18 meses preso, sob suspeita de espionagem. Sendo informado do acontecido, o rei de Portugal ordenou às suas missões. Antônio de Miranda, juntamente com alguns soldados, foi então encarregado de levá-lo até o território dos Omágua⁴⁵.

Já conhecedor da região, Antônio de Miranda foi novamente enviado em 1695 para verificar a existência de comércio entre os índios e os estrangeiros e se informar com os índios antigos sobre os marcos que dividiam o território da Coroa castelhana e da Coroa portuguesa estabelecidos na viagem de Pedro Teixeira⁴⁶, além de averiguar se fortificações espanholas estavam sendo

43. O padre Samuel Fritz nasceu em 1654, na região da Boêmia. Iniciou-se na Companhia de Jesus em 1673 e, dez anos depois, solicitou ser enviado à América. Em 1686, foi encarregado de atuar junto às missões dos Mayna, localizadas entre o rio Negro e o rio Napo.

44. Segundo Fernando Torres-Londoño, desde o início do século XVII os jesuítas começaram a atuar nas missões dos Mayna (várias aldeias formadas nos rios Pastaza, Marañón e Amazonas) e tinham por objetivo expandir, por meio da constituição de missões controladas por jesuítas, as áreas controladas por Castela. As missões estariam, assim, submetidas à Audiência de Quito e ao Vice-reinado do Peru. TORRES-LONDOÑO, Fernando. Trabalho indígena na dinâmica de controle das reduções Maynas no Marañón do século XVII. *História*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 17, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v25n1/a02v25n1>>. Acesso em: 16 de abril de 2014.

45. FRITZ, Samuel. Diário. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 81, p. 376-394, 1917.

46. Entre 1637 e 1639, os limites entre o território castelhano e português foram demarcados. O então governador do Maranhão, Jácome Noronha, organizara uma

construídas no rio Negro. Ao longo da viagem, estabeleceu relações amistosas com várias nações indígenas, prometendo missionários diante das solicitações de algumas e informando aos índios Anauinez, residentes nas proximidades da Fortaleza do rio Negro, que deveriam “assistir com mantimentos e seus filhos aos brancos que desta cidade fossem as suas terras a saca das drogas pagando-lhes primeiro seus salários”⁴⁷.

Viajando até o Solimões, oito dias rio acima, e entrando em contato com a Aldeia Mativa, não conseguiu constatar a presença de castelhanos e nem informações, em um primeiro momento, sobre a circulação de outros grupos europeus. Mas logo notou vários objetos fruto do comércio com os holandeses:

[...] entrando algumas vezes nas casas destes Índios vi várias coisas estrangeiras como ferramentas, e facas, e outras drogas deste valor e examinando donde lhes vinha estas coisas me disseram que os estrangeiros lhes traziam, pelas cabeceiras do seu rio, e que estes tais vinham comerciar com seus compadres, e que pelos seus contratos entre os mesmos Índios lhes espalhavam estas drogas, as quais estimavam mais que as nossas por serem muito melhores, por cuja causa não querem nenhuma nossa, e alguma que tem fazem pouca estimação dela [...].⁴⁸

Essa aldeia, identificada pelo nome do seu chefe, Mativa, segundo Porro, era formada pelos Jurimáguas. Estes, que antes cons-

expedição encabeçada por Pedro Teixeira, que seria encarregado de estabelecer os limites entre os dois domínios. Os objetivos da empreitada eram, segundo Karl Arenz: 1) conhecer o curso dos rios, para facilitar a navegação; 2) analisar as características de cada rio para descobrir os melhores pontos para se fundar povoamentos coloniais e 3) reconhecer a fertilidade do solo para a ulterior produção agrícola. ARENZ, Karl H. *De l'Alzette à l'Amazonie: Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise* (1661-1693). Luxembourg: Éditions Universitaires Européennes, 2010, p. 23.

47. “Traslado da informação de Antônio de Miranda” [Anexo]. 25 de maio de 1695. AHU (Avulsos), Maranhão, Cx. 8, Doc. 901.

48. Ibidem.

tituíam uma populosa aldeia descrita nos relatos de Acuña, agora formavam povoações reduzidas de índios temerosos. Recendo as investidas dos apresadores portugueses, migraram no século XVII da foz do Juruá em direção oeste, para o antigo território dominado pelos Omágua⁴⁹, e agora estabeleciam contatos com espanhóis pelo rio Solimões e com holandeses pelo rio Orenoco.

Diante dessas relações, os conselheiros do Ultramarino foram de acordo com o parecer do ex-governador Gomes Freire de Andrade: era preciso que esses índios fossem evangelizados por missionários portugueses⁵⁰.

Em 1697, o governador Antônio de Albuquerque empreendeu uma jornada para visitar as nações Coxiguara e Cambeba (Omágua) e resolver a questão. Lá, foi informado que o padre Samuel Fritz estava buscando convencer o segundo grupo a descer para suas missões, sob a alegação de que as terras de Castela se estendiam até o rio Negro. Como resolução, solicitou ao padre Manuel da Esperança, provincial do Carmo, que se encarregasse de enviar missionários para essas missões e pediu mais uma vez que buscasse reconhecer o marco que os índios disseram ser a fronteira entre os territórios das duas Coroas⁵¹.

Antônio de Miranda, em sua viagem em 1695, já havia sido informado pelo índio Guanamagucany que os marcos determinados na viagem de Pedro Teixeira, em 1637, estabeleciam-se entre uma aldeia dos Emcabelhado, em um sítio chamado Canariá, e a aldeia dos Cambeba, próxima de um sítio chamado Guacurayby⁵².

49. PORRO, Antônio. *O Povo das Águas: Ensaio de etnohistória amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 113-120.

50. “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a opinião de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho acerca das casas fortes que os castelhanos andam a construir no Maranhão”. 20 de dezembro de 1695. *AHU* (Avulsos), Maranhão, Cx. 8, Doc. 901.

51. “Carta do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho” [Anexo]. 20 de julho de 1697. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 4, Doc. 340.

52. “Traslado da informação de Antônio de Miranda” [Anexo]. 25 de maio de 1695. *AHU* (Avulsos), Maranhão, Cx. 8, Doc. 901.

Ainda que o encontro com Guanamagucany nunca tenha ocorrido (e ele mesmo seja um personagem de uma história inventada para legitimar as posses de Portugal), essa dependência dos portugueses sobre as informações de índios antigos em relação à viagem do expedicionário demonstra como a região do médio e alto Amazonas ainda lhes era desconhecida em finais do século XVII.

O conhecimento sobre a região, no entanto, fica patente no mapa⁵³ e crônica produzidos por Samuel Fritz durante o tempo em que atuou junto aos índios do rio Negro e Solimões. Neles, ele apresenta a existência de uma extensa rede de relações e comércio estabelecidas entre os Manao com populações do Solimões, na qual os espanhóis e holandeses se inseriam. A presença de portugueses, no entanto, sempre foi vista com muita desconfiança pelos índios da região. Não sem motivo.

As incursões portuguesas continuaram e conseguiram em poucos anos devastar as aldeias dos Jurimáguá. Os sobreviventes foram descidos pelos carmelitas para as aldeias missionárias de Tefé e Coari ou migraram para as missões que Fritz desenvolvia entre os Omágua no Marañón⁵⁴. Segundo Fritz, a partir de 1700

[...] haviam chegado nesses aldeamentos, fugindo das garras dos portugueses, muitos Jurimaguas em mais de 25 canoas, e os demais estavam a caminho rio acima em companhia dos Aysuares [...] Eu os encontrei um pouco abaixo da foz do Rio Napo, onde eles já haviam feito algumas roças⁵⁵.

O avanço da colonização em sentido oeste baseava-se na construção de aldeias missionárias cujos principais objetivos

53. Para um interessante estudo sobre como a construção do mapa pelo padre Samuel Fritz objetivou convencer a coroa espanhola da importância de investir nas missões e áreas de disputa entre espanhóis e portugueses, bem como sobre a reprodução e circulação deste mapa, ver: DIAS, Camila L. Jesuit Maps and Political Discourse: The Amazon River of Father Samuel Fritz. *The Americas*, v. 69, n. 1, p. 95-116, 2012.

54. PORRO, Antônio. Op. cit., p. 113-120.

55. FRITZ, Samuel apud PORRO, Antônio. Op. Cit., p. 119.

eram a evangelização, o estabelecimento de alianças com os nativos e bases de apoio para incursões futuras. A construção das fortalezas do Paru e do Rio Negro na década de 1690 também foi reflexo desse movimento e lançou bases para o avanço, na primeira metade do século XVIII, em direção ao rio Negro, Solimões, Tocantins e, mais tarde, ao rio Madeira, tendo como força propulsora a necessidade de ocupar terras em que outros grupos europeus pareciam ter mais influência e conhecimento.

Em apenas algumas décadas a expansão se fez notar, garantindo o relativo controle de uma extensa faixa territorial e a tomada dessas áreas de disputa pelos portugueses, como fica visível no Mapa 2. Isso não significa que estes lograram quebrar de imediato as relações que outros grupos europeus e indígenas mantinham. Além de o missionário castelhano prosseguir com as suas missões – declarando em uma carta sua estar trabalhando longe dos domínios portugueses, a 800 léguas do Pará, desde 1688⁵⁶ –, holandeses e franceses continuaram negociando escravos e gêneros com muitas populações indígenas com as quais estabeleciam amizade.

Em princípios do século XVIII, no entanto, as hostilidades diplomáticas entre as Coroas ibéricas converteram-se em conflito bélico. Samuel Fritz teve de abandonar suas aldeias, para onde foram direcionados missionários carmelitas. As 15 missões, que passaram a ser controladas efetivamente pela Província do Carmo, em 1714, logo também passaram a servir de entrepostos para as expedições de guerra e resgate no rio Negro⁵⁷.

Juntamente com a conquista dessa região, uma série de circunstâncias permitiu que a expansão do território colonial lusitano em direção ao oeste fosse eficiente. Além do decréscimo demográfico dos nativos, a existência de uma grande e complexa malha hidrográfica navegável em boa parte de sua extensão, o

56. “Cópia de um Requerimento que fez o P.^o Samuel da Comp.^a de JS.^o ao Cabo da escolta Jozeph Antunes, da Fozçequa” [Anexo]. 20 de abril de 1697. *AHU* (Avulsos), Pará, Cx. 4, Doc. 340.

57. DIAS, Camila L. Op. cit., 2014, p. 111-112.

aprendizado com os nativos de como percorrê-la, as estratégias de estabelecimento de fortificações, de acordos com as comunidades nativas e a própria migração indígena que abria espaço à penetração portuguesa, foram os principais motivos, acreditamos, para o sucesso dos projetos lusos sobre esse território.

Considerações finais

A reestruturação do Império sob o governo de Dom Pedro II e a neutralidade de Portugal nos conflitos internacionais, nas três décadas finais do século XVII, possibilitaram que a metrópole desenvolvesse uma colonização mais sistemática nas regiões de fronteira da América Portuguesa. Em decorrência disso, a política de expansão dos domínios coloniais foi reorientada por uma série de ordens régias, que determinavam a construção de fortificações militares em todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará.

A nova política reinol, longe de configurar-se apenas enquanto uma legislação peninsular ideal, teve de se articular aos interesses dos grupos locais, constituir-se a partir das contingências coloniais e se basear no conhecimento indígena sobre o território para ser efetivada com sucesso. Nesse sentido, a conformação de uma arquitetura de defesa esteve intimamente ligada com o estabelecimento de alianças com as populações nativas.

Vimos nos casos dos índios Aruã e Tucuju, habitantes da região do Cabo do Norte, que a Coroa portuguesa buscou inibir as alianças e comércio que eles estabeleciam com os franceses; e, juntamente com a tentativa de estabelecer alianças e descer esses índios para aldeias missionárias, a guerra foi uma arma recorrentemente utilizada para atemorizar os índios que se opunham aos interesses portugueses.

Vimos também que na capitania do Pará a exploração dos territórios entre os rios Negro e Solimões somente foi possível com a expulsão das missões castelhanas de Samuel Fritz entre os Omágua e o estabelecimento de missões controladas por carmeli-

tas portuguesas. Como os territórios adjacentes ao rio Amazonas eram as áreas que forneciam as drogas do sertão e de onde boa parte da mão de obra nativa, escrava e livre, era arrematada, controlá-la se tornou uma decisão estratégica. A construção dos Fortes de Pauxis e do Rio Negro, nesse sentido, foi fundamental para o controle dessas rotas de comércio e escravização.

Portanto, as fortificações militares, mais do que assegurar domínios disputados com outros povos europeus, serviram como base de apoio para o incremento da atividade missionária e para o desenvolvimento de alianças com as populações nativas. Corresponderam ao interesse de criar rotas seguras para o estabelecimento de atividades comerciais e para as incursões das tropas de guerra justa, resgate e descimentos. Permitiram a construção de povoamentos coloniais e a ordenação da atividade agrícola e pastoril. Revestidos, assim, de vários sentidos, os fortes militares contribuíram para a expansão da colonização portuguesa, garantindo seu predomínio sobre territórios intensamente disputados com outros povos europeus e indígenas

COLEÇÃO
ESCRITOS ACADÊMICOS

Série Estudos Reunidos

Volume 2

HISTÓRIA MILITAR

Novos caminhos e novas abordagens

Fernando da Silva Rodrigues

Francisco Ferraz

Surama Conde Sá Pinto (Orgs.)

PACO  EDITORIAL



Av Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

©2015 Fernando da Silva Rodrigues; Francisco Ferraz; Surama Conde Sá Pinto (Orgs.)

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

RE182 Rodrigues, Fernando da Silva; Ferraz, Francisco; Pinto, Surama
Conde Sá (Orgs.)

História Militar: Novos caminhos e novas abordagens/Fernando da Silva
Rodrigues; Francisco Ferraz; Surama Conde Sá Pinto (Orgs.). Jundiaí, Paco
Editorial: 2015.

436 p. Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8148-697-0

1. História Militar 2. História do Brasil 3. Forças Armadas 4. Política
I. Fernando da Silva Rodrigues II. Francisco Ferraz III. Surama Conde Sá Pinto

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

História do Brasil	981
Ciência Militar	355

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL
Foi feito Depósito Legal

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
Introdução.....	11

CAPÍTULO 1

Fernanda Aires Bombardi

Fortificações militares nas capitanias do Cabo do Norte e Pará: território, povoamento e comércio (1668-1706).....	19
--	----

CAPÍTULO 2

Maria Luiza Cardoso

A formação de Artilheiros e Engenheiros em Portugal e na sua colônia americana – um estudo comparativo (1777-1808).....	43
---	----

CAPÍTULO 3

Cláudio Antônio Monteiro

As forças militares brasileiras segundo o julgamento de diplomatas e publicistas franceses no Brasil (1830-1889).....	69
---	----

CAPÍTULO 4

Francisco José Corrêa-Martins

Vida na caserna: as praças no Exército Brasileiro durante o século XIX.....	91
---	----

CAPÍTULO 5

Rodrigo Goyena Soares

Promessas da campanha do Paraguai e recompensas do regresso.....	131
--	-----

CAPÍTULO 6

José Carlos de Araujo Neto

Dimensões de convergência entre História Naval e História
Diplomática: o caso da esquadra brasileira de 1910.....165

CAPÍTULO 7

Rogério Rosa Rodrigues

Entre sabres e ressentimentos: política, guerra e literatura na
primeira república do Brasil.....191

CAPÍTULO 8

Marcus Fernandes Marcusso

Entre a norma e a realidade: Os primeiros anos da Escola Militar
do Realengo (1913-1918).....213

CAPÍTULO 9

*Fernando da Silva Rodrigues
Mauro Marcos Farias da Conceição*

Discriminação, intolerância e alteridade: investigações sobre
a exclusão social e étnica nos Exércitos brasileiro e boliviano
na primeira metade do século XX.....235

CAPÍTULO 10

Surama Conde Sá Pinto

Os militares e as elites políticas cariocas na Primeira
República.....263

CAPÍTULO 11

Francisco Cesar Alves Ferraz

Historiografia e memória da Força Expedicionária Brasileira:
notas de pesquisa.....285

CAPÍTULO 12

Cláudio Beserra de Vasconcelos

A política de repressão a oficiais das Forças Armadas brasileiras após o Golpe de 1964.....313

CAPÍTULO 13

Maud Chirio

Os Oficiais e o Golpe de Estado de 1964.....351

CAPÍTULO 14

Raquel Varela

A crise político-militar na Revolução dos Cravos.....365

CAPÍTULO 15

Jorge Calvario dos Santos

Notas introdutórias à formulação de uma política e estratégia de defesa.....395

